


ELAS VIVEM

A URGÊNCIA DA VIDA





Elas Vivem é uma publicação anual da
Rede de Observatórios.

“Esvazia-me os olhos e
condena-me à escuridão
eterna... – que eu, mais do
que nunca, dos limos da
alma, me erguerei lúcida,
bramindo contra tudo:
‘Basta! Basta! Basta!’”

Noémia de Sousa



REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA

Um projeto do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)

Coordenação do CESeC

Julita Lemgruber
Pablo Nunes
Sílvia Ramos

EQUIPE DA REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA

Coordenadora geral

Sílvia Ramos

Coordenador de projeto

Pablo Nunes

Coordenador de pesquisa

Jonas Pacheco

Articuladora e pesquisadora

Bruna Sotero

Coordenador de comunicação

Wellerson Soares

Assistente de comunicação

Nathália da Silva

Coordenador de Design

Renato Cafuzo

Assistente de Design

Rafael Lira

Gerente

Ana Paula Andrade

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA

AMAZONAS

Fabio Candotti

Tayná Boaes

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA

BAHIA

Ana Carolina Santos

Ana Paula Rosário

Dudu Ribeiro

Larissa Neves

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA

CEARÁ

Cesar Barreira
Fernanda Naiara Lobato
Luiz Fábio Paiva

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA

MARANHÃO

Kassione Luz
Luiz Eduardo Lopes Silva

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA

PARÁ

Aiala Colares Oliveira Couto
Lucas Moraes
Taiana Fonseca Passos

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA

PERNAMBUCO

Dália Celeste
Deila Martins
Edna Jatobá

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA

PIAUI

Elton Guilherme
Lila Cristina Xavier Luz
Marcondes Brito da Costa
Marcela Castro Barbosa
Maria D'alva Macedo Ferreira

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA

RIO DE JANEIRO

Bruna Sotero
Jonas Pacheco
Pablo Nunes
Sílvia Ramos

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA

SÃO PAULO

Bruno Paes Manso
Francine Ribeiro

ORGANIZAÇÕES FORMADORAS

DA REDE

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)

Coletivo de Pesquisa e Extensão ILHARGAS - cidades, políticas e violências (UFAM)

Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNP)

Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP)

Instituto Mãe Crioula

Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC)

Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP)

Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens (NUPEC/UFPI)

Rede de Estudos Periféricos (REP UFMA/IFMA)

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL NESTA

EDIÇÃO

Flávia Melo, Maria Eugênia da Silva, Marina Celestino

FALE CONOSCO

contatorede@cesecseguranca.com.br

X:@rede_seguranca

Facebook:@rededeobservatorios

Instagram:@redeobservatorios

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Elas vivem [livro eletrônico]: a urgência da vida / Sílvia Ramos...[et al.]; ilustração Marina Celestino. – Rio de Janeiro : CESeC, 2016.

Outros autores: Flávia Melo, Fabio Candotti, Tayná Boaes, Dudu Ribeiro, Larissa Neves, Ana Carolina Santos, Ana Paula Rosário, Luiz Fabio Paiva, César Barreira, Fernanda Naiara da Frota Lobato, Kassione Luz, Luiz Eduardo Silva, Taiana Amanda Fonseca dos Passos, Aiala O. Couto, Lucas Moraes, Dália Celeste, Deila Martins, Edna Jatobá, Elton Guilherme Silva, Lila Xavier, Marcondes Brito, Maria Dalva Ferreira, Marcela Barbosa, Bruna Sotero, Jonas Pacheco, Nathália da Silva, Pablo Nunes, Rafael Lira, Renato Cafuzo, Wellerson Soares, Bruno Paes Manso, Francine Ribeiro

Formato: PDF

ISBN: 978-85-5969-069-9

1. Violência contra mulheres. 2. Mulheres. 2. Política públicas - Segurança. I. Ramos, Sílvia. II. Celestino, Marina. III. Título.

CDD-345.81085

Sueli Costa - Bibliotecária - CRB-8/5213

(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

Índices para catálogo sistemático:

1. Violência : Mulheres 345.81085

INTRODUÇÃO

Ser mulher no Brasil é, historicamente, um ato de resistência que se equilibra entre a conquista de espaços e a vulnerabilidade imposta por uma estrutura patriarcal. A violência de gênero não é um evento isolado ou um desvio de conduta individual, é um fenômeno social profundo que se manifesta no silêncio dos lares e na brutalidade das estatísticas. Quando olhamos para os números, não estamos vendo apenas dígitos, mas vidas interrompidas, sonhos cerceados e o impacto geracional de um medo que atravessa corpos femininos.

Refletir sobre esses dados é confrontar o espelho de uma sociedade que, embora tenha leis avançadas como a Lei Maria da Penha, ainda falha em garantir o direito mais básico: o de simplesmente existir. Há seis anos, constatamos, refletimos e denunciemos que este é um problema que precisa ser enfrentado com celeridade e efetividade. Mas ainda caminhamos a pequenos passos nas esferas governamentais, já que o Pacto Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio, lançado em fevereiro de 2026 pelo governo federal, não apresentou medidas concretas e imediatas.

Nesta nova edição do relatório *Elas Vivem*, a Rede de Observatórios da Segurança reafirma seu compromisso com a visibilidade desses dados, monitorando agora nove estados: Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo. A metodologia da Rede baseia-se no monitoramento cotidiano de eventos de violência que chegam à imprensa e às redes sociais, permitindo captar o que muitas vezes os dados oficiais, lentos ou negligentes, demoram a processar.

A análise metodológica nos obriga a olhar para as interseccionalidades. Nos estados em que foi possível obter informações mais completas de alguns casos, ficou constatado que a violência não atinge a todas da mesma forma: ela é duplicada ou triplicada para mulheres negras, indígenas e trans. Contudo, maior que o registro de informações raciais é o índice de subnotificação.

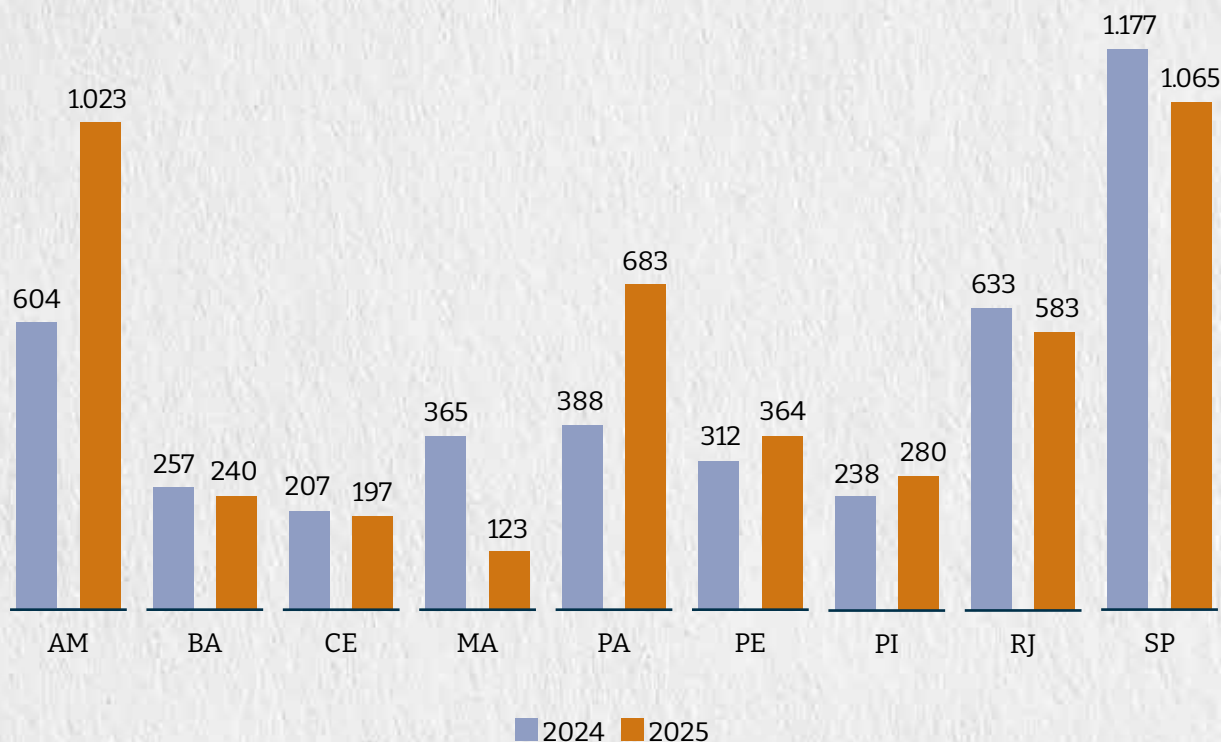
A ausência de dados da violência contra a mulher atua como uma barreira crítica que distorce a percepção da realidade. Ela compromete a eficácia das políticas públicas, impede a identificação de manchas criminais precisas e o entendimento da gravidade do fenômeno em territórios específicos, perpetuando o ciclo de impunidade. Sem números refletindo a dimensão fiel da barbárie, as ações de prevenção e acolhimento tornam-se reativas e superficiais, falhando em proteger aquelas que, por estarem invisibilizadas pelo sistema, continuam à mercê de seus agressores.

Este relatório não é apenas um compilado de tragédias, mas um instrumento de luta política. A metodologia de “estilhaçar a máscara do silêncio” busca pressionar por políticas públicas que saiam do papel. Não aceitaremos que a subnotificação e a precariedade das Delegacias Especializadas continuem sendo a norma. *Elas Vivem* porque nossa fala e nossos dados resistem.

O Brasil que emerge dos dados deste relatório não é apenas desigual, é letal para as mulheres. Dos feminicídios mascarados em outras violências no Amazonas ao Rio de Janeiro com todos os registros de violência, a estrutura de ódio é onipresente. Na Bahia e no Ceará, trajetórias são interrompidas sob a justificativa banal de ciúmes ou términos não aceitos. No Maranhão e no Piauí, a ausência de medidas protetivas para a maioria das vítimas denuncia um Estado que chega tarde demais. Pior: em Pernambuco e no Pará, a violência sexual avança sobre corpos de meninas que sequer saíram da infância. O *Elas Vivem* expõe a falência de uma rede de proteção que, enquanto não se tornar territorial e interseccional, continuará permitindo que a barbárie seja a regra, e não a exceção.

Nas próximas páginas, apresentaremos olhares atentos para fenômenos contextualizados nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste, além das análises de pesquisadoras, mulheres que vivenciam as experiências sufocantes de uma sociedade que insiste em subjugar-las. Mas elas resistem, pesquisam e rompem o silêncio com vozes potentes.

EVENTOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES - 2024 X 2025



Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

QUALIFICADORAS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES - ESTADOS MONITORADOS PELA REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA - 2025

QUALIFICADORAS*	AM	BA	CE	MA	PA	PE	PI	RJ	SP	TOTAL
TENTATIVA DE FEMINICÍDIO/AGRESSÃO FÍSICA	383	47	41	47	299	97	91	240	553	1.798
VIOLÊNCIA SEXUAL/ESTUPRO	353	75	26	23	123	22	53	95	191	961
FEMINICÍDIO	26	43	30	24	73	91	28	58	173	546
OUTRO(S)	319	15	7	32	28	6	17	49	21	494
HOMICÍDIO	28	47	67	10	65	95	37	47	55	451
AGRESSÃO VERBAL	165	7	3	10	35	7	38	87	47	399
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	22	14	12	6	66	37	39	23	15	234
CÁRCERE PRIVADO	27	9	6	5	24	8	11	29	46	165
DANO AO PATRIMÔNIO	45	3	0	0	29	0	50	6	0	133
SEQUESTRO	10	1	12	0	1	4	6	20	36	90
TORTURA	18	13	4	0	13	1	7	12	7	75
TRANSFEMINICÍDIO	0	0	1	0	0	6	0	0	0	7
SUPRESSÃO DE DOCUMENTOS	1	0	0	0	1	0	2	0	0	4
TOTAL POR ESTADO	1.397	273	211	157	757	374	379	666	1.144	5.358

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

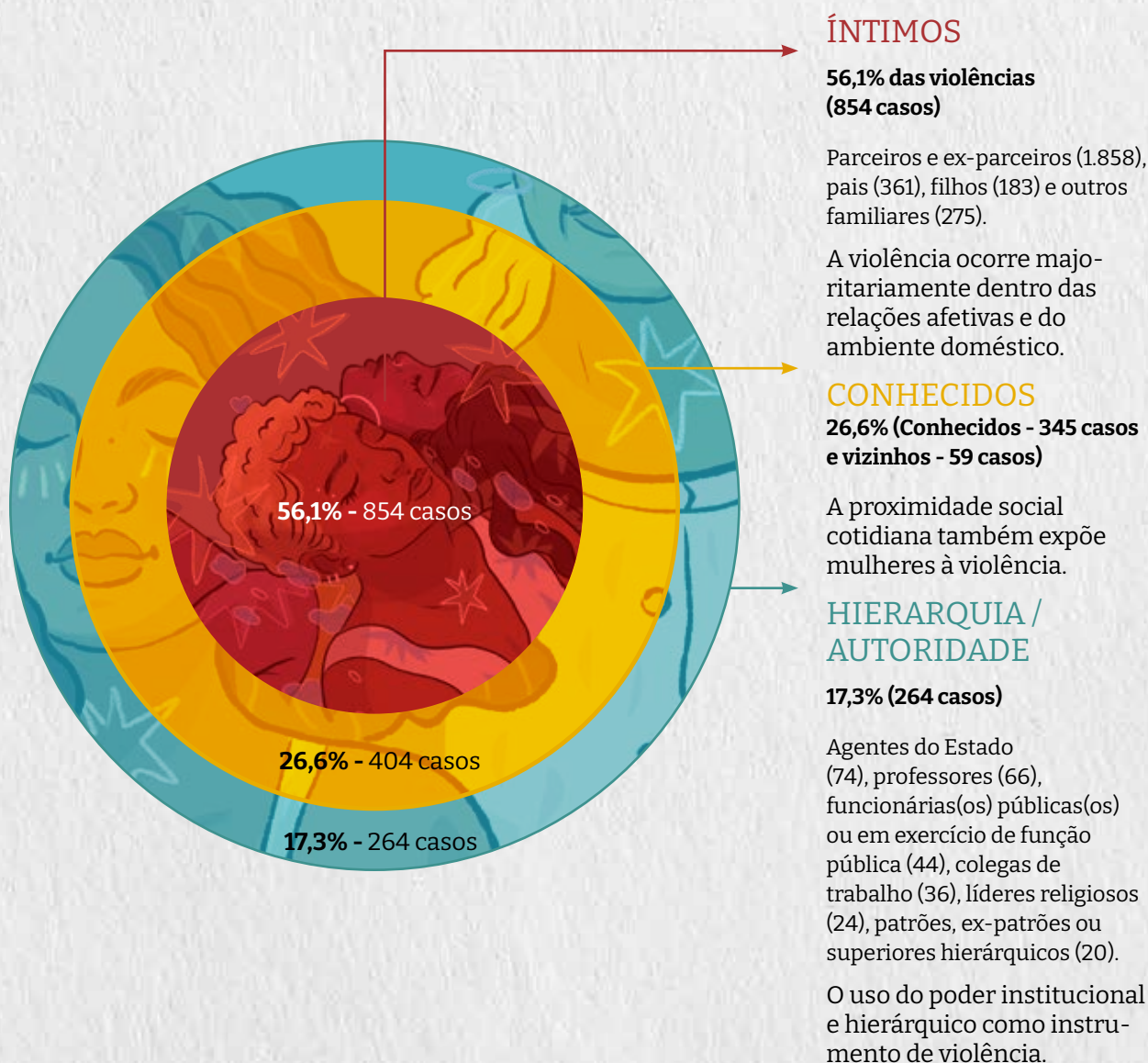
*Termo usado para englobar as categorias de violência. Uma mesma vítima pode sofrer mais de um tipo de violência

O PERFIL DOS AUTORES DAS VIOLÊNCIAS

Um dos dados mais reveladores e dolorosos diz respeito à autoria dos crimes. O perfil dos agressores reforça que o perigo para elas reside na proximidade, em quem deveria oferecer proteção e confiabilidade. O ambiente doméstico foi responsável por 56,1% das violências, cometidas por parceiros, ex-parceiros, pais, filhos e outros familiares.

Os níveis de proximidade extrapolaram os limites do lar e penalizaram as mulheres pelas mãos de conhecidos (345 casos) e vizinhos (59 casos). Salta aos olhos também o elevado número de casos em que os níveis hierárquicos foram utilizados pelos agressores para praticar 264 eventos de violência, reforçando que a vulnerabilidade feminina atravessa diversas esferas sociais e institucionais.

Agentes do Estado (força policial) somaram 74 casos; professores, 66 ocorrências; pessoa funcionária pública ou no exercício de funções públicas, 44; colega de trabalho, 36; líder religioso, 24; patrão, ex-patrão ou superior hierárquico, 20.





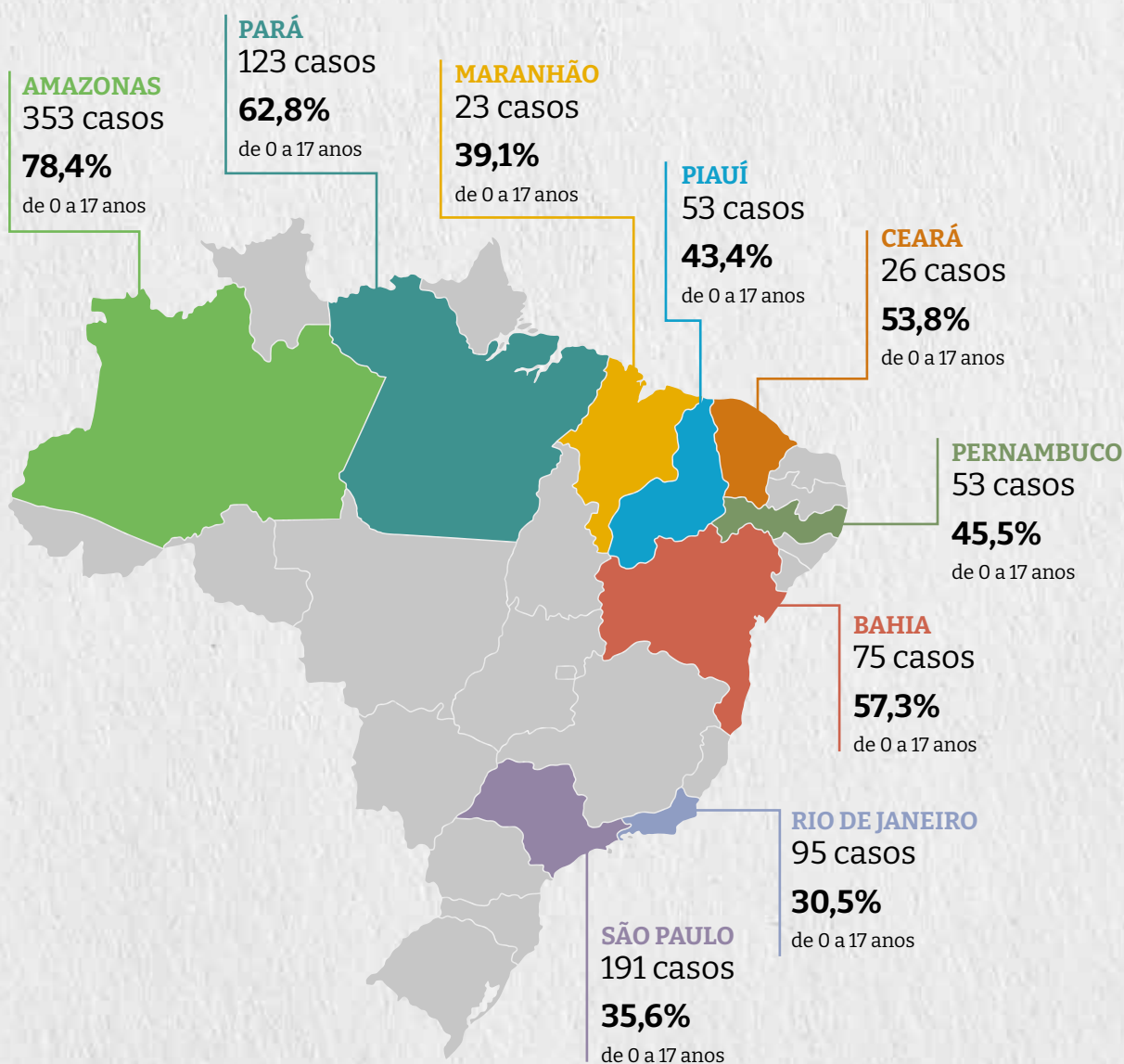
#ELASVIVEM

O CRESCIMENTO ALARMANTE DA VIOLÊNCIA SEXUAL

Em um ano, os registros desses crimes saltaram de 602 para 961 casos, um crescimento de 59,6%. Os números dos nove estados, em diferentes regiões do país, expõem a capilaridade da violência sexual/estupro.

Além disso, o perfil das vítimas revela uma realidade devastadora: 56,5% dos eventos monitorados vitimaram crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, expondo a extrema vulnerabilidade das faixas etárias mais jovens. Há também um alerta aos 236 casos em que não foi possível verificar as idades das vítimas, o que pode mascarar uma realidade ainda mais preocupante.

TOTAL DE CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL E PERCENTUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 0 A 17 ANOS



GOVERNAR PELOS NÚMEROS: VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A NOVA FRONTEIRA TÉCNICO-CIENTÍFICA NA AMAZÔNIA

Flávia Melo

Antropóloga, Pró-Reitora de Extensão da Universidade Federal do Amazonas e consultora do CESeC

Pelo sexto ano consecutivo, a Rede de Observatórios nos oferece este boletim dedicado à análise de eventos violentos que são, paciente e sistematicamente, extraídos de notícias veiculadas pela mídia de diferentes estados brasileiros. Nesta publicação, tão importante quanto o que dizem os números é o modo como as narrativas numéricas são construídas; as mãos e os olhos de quem perscruta as notícias difundidas em veículos de comunicação digital; e os olhos e ouvidos de quem os recebe, interpreta e assimila.

O título *Elas Vivem* anuncia, por si só, o percurso interpretativo proposto. Evocar a vida, em vez da morte, em um documento estatístico que compõe um perturbador inventário das violações que atravessam o cotidiano de meninas e mulheres brasileiras, cumpre o papel paradoxal e necessário de romper as “máscaras silenciadoras” — como sugere a epígrafe de Conceição Evaristo citada no boletim de 2025 — e de amplificar vozes de denúncia e resistência que transbordam os números, devolvendo-lhes nomes e singularidades.

O cenário nacional delineia uma escalada persistente e profundamente inquietante: em apenas cinco anos, o volume de eventos monitorados pela Rede mais que duplicou, alcançando o patamar de 4.558 registros em 2025, um acréscimo de 9,0% em relação ao ano precedente. Ainda que o Sudeste tenha apresentado uma discreta retração e o Maranhão um acentuado declínio de 66,3%, o quadro geral sugere menos uma redução efetiva da violência do que uma redistribuição territorial, na qual a intensificação dos eventos registrados na Amazônia neutraliza e, em

certa medida, anula quaisquer avanços pontuais observados em outras partes do país.

A região Norte afirma-se, assim, como um dos espaços mais agudos dessa crise de segurança dirigida às mulheres. Amazonas e Pará despontam como epicentros desse crescimento, com aumentos de 69,4% e 76,0%, respectivamente. No Amazonas, a gravidade do quadro evidencia-se tanto pelo elevado número de tentativas de feminicídio (383 registros) quanto pela incidência expressiva de violência sexual (353 registros), configurando um cenário de risco extremo e contínuo. No Pará, por sua vez, a violência é marcada por um índice elevado de feminicídios consumados (73 registros) e tentados (299 registros).

Entre os achados mais perturbadores do relatório, destaca-se a expansão da violência sexual, que cresceu 59,6% em âmbito nacional, passando de 602 para 961 eventos em apenas um ano. Trata-se de uma violência que incide de forma desproporcional sobre meninas e adolescentes: 56,5% das

vítimas têm entre 0 e 17 anos. Na região Norte, essa vulnerabilidade assume contornos ainda mais dramáticos. No Amazonas, 31,4% das vítimas são crianças de até 11 anos; no Pará, 39,8% são adolescentes entre 12 e 17 anos.

Dados correlatos já haviam sido publicados em 2023, quando pesquisadores da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS) divulgaram a ocorrência de 1.292 partos de meninas entre 10 e 14 anos no intervalo de 2021 a 2023,

O CENÁRIO NACIONAL DELINEIA UMA ESCALADA PERSISTENTE E PROFUNDAMENTE INQUIETANTE: EM APENAS CINCO ANOS, O VOLUME DE EVENTOS MONITORADOS PELA REDE MAIS QUE DUPLICOU



descortinando um alto índice de estupros de vulneráveis subnotificados.

Os números, consolidados por diferentes métodos de pesquisa, evidenciam a persistência de violações sexuais enraizadas em desigualdades estruturais, apontando a urgência de medidas de proteção à infância e à adolescência. O lacônico enredo de *Manas* (2024), de Marianna Brennand, exhibe, em linguagem cinematográfica, esse mesmo cenário: a interrupção da infância em contextos amazônicos sob a omissão do Estado.

Entretanto, engana-se quem pensa que este é um fenômeno naturalizado pela cultura amazônica. Essa construção, contaminada por uma lógica preconceituosa e colonial, serve apenas para eximir o Estado de suas responsabilidades. Ao observarmos os dados de todos os estados monitorados nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste, percebe-se que a faixa dos 12 aos 17 anos representa a maioria das vítimas em quase todas as unidades federativas analisadas, totalizando 33,7% dos registros nacionais. Somado a isso, o fato de que 22,8% das vítimas de violência sexual em todo o país são crianças de até 11 anos reitera a vulnerabilidade como uma constante nacional.

No que se refere aos feminicídios consumados, foram registradas 553 mortes de mulheres motivadas por violência de gênero em 2025: o equivalente a 1,5 assassinatos por dia. Longe de serem eventos excepcionais, tais crimes desconstroem a imagem de um perigo exterior personificado no agressor desconhecido. Pelo contrário, a ameaça é próxima e relacional, reiterando a centralidade do espaço doméstico como o principal território de abuso.

A esmagadora maioria das violências é perpetrada por cônjuges, ex-parceiros e familiares, cujas motivações mais recorrentes, como término de relacionamento, ciúmes e conflitos interpessoais, revelam a persistência de padrões possessivos sobre os corpos e as vidas femininas. Assim, a esfera da família e dos afetos, socialmente idealizada como espaço de cuidado, constitui,

paradoxalmente, o locus privilegiado da letalidade feminina.

À violência doméstica e direta soma-se outra, burocrática e política: o apagamento sistemático de informações étnico-raciais. O relatório evidencia uma omissão estrutural quanto aos dados de pertencimento étnico-racial em todos os estados. Tal negligência, comumente prevalente nos registros oficiais, é reiterada pelas notícias da mídia, que raramente veiculam o perfil racial das vítimas nos eventos monitorados.

Longe de constituir um simples lapso administrativo fortuito, essa ausência opera como um mecanismo de invisibilização. Ao omitir se as vítimas são indígenas, negras ou pardas, bloqueia-se a apreensão das intersecções entre gênero, raça e classe que estruturam a violência no país. Consequentemente, inviabiliza-se a análise da seletividade da violência e mascara-se o impacto

do racismo estrutural nos indicadores de segurança. O que resta é uma pretensa neutralidade estatística que, na prática, reproduz desigualdades históricas e agrava a exposição das mulheres mais vulnerabilizadas.

Gera profundo espanto, ainda, outra invisibilidade pautada no

inexpressivo número de transfeminicídios identificados nos veículos monitorados pela Rede. Somados, os registros absolutos indicam apenas 7 ocorrências, volume que só não é inferior aos casos de supressão de documentos. Em contraposição, os dados do relatório *Trans Murder Monitoring 2025* exibem um cenário absolutamente distinto para as pessoas trans e travestis no Brasil: no intervalo entre outubro de 2024 e setembro de 2025, foram reportados 281 assassinatos, o que mantém o país na liderança desse ranking desde 2008.

No recorte dos estados abrangidos pelo monitoramento da Rede de Observatórios, o Dossiê 2025 da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA) revela outra geografia. O Ceará lidera o índice com oito assassinatos, seguido por Bahia e Pernambuco, ambos com sete casos. Na faixa intermediária, Maranhão e Pará apresentam

A ESMAGADORA MAIORIA DAS VIOLÊNCIAS É PERPETRADA POR CÔNJUGES, EX-PARCEIROS E FAMILIARES

cinco registros cada, enquanto São Paulo contabiliza quatro. Com indicadores menores, o Rio de Janeiro somou três mortes e o Amazonas figura com uma ocorrência identificada, ao passo que o Piauí não apresentou registros no período.

Ainda que os três relatórios produzam informações a partir de diferentes fontes e metodologias, esse cenário reitera o abismo existente entre a letalidade concreta e a sua precária visibilidade nos canais de informação. A obliteração presente tanto nos dados estatais quanto nos veículos de imprensa demonstra mais um mecanismo de apagamento pautado na identidade de gênero, revelador da menos-valia conferida às vidas de pessoas trans e travestis. Essa conjuntura expõe uma ferramenta de seletividade dos corpos matáveis que opera para excluir tais identidades até mesmo das estatísticas de violência.

A AMAZÔNIA COMO NOVA FRENTE DE EXPANSÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

Face à leve redução nos números absolutos de eventos observados na região Sudeste, uma leitura superficial e apressada poderia sugerir um deslocamento geográfico da violência, com expansão acelerada na região Norte. Contudo, o crescimento na região não deve ser interpretado simplesmente como um “deslocamento geográfico” da violência contra mulheres, mas como resultado da expansão territorial da própria capacidade de monitoramento da Rede de Observatórios da Segurança.

Nos últimos anos, o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), responsável pela coordenação da Rede, ampliou sua atuação ao incorporar núcleos de pesquisa dos estados do Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. Essa capilarização territorial da produção de dados permite captar fenômenos historicamente sub-representados nas análises nacionais, tradicionalmente concentradas no eixo sudestino.

Nesse contexto, os expressivos aumentos registrados no Amazonas e no Pará refletem, simultaneamente, a gravidade da violência e a ampliação da capacidade de identificação, acompanhamento e sistematização dos eventos

registrados nos territórios. Trata-se, portanto, de uma expansão do campo empírico e institucional de pesquisa, e não apenas de uma súbita “migração” do crime pelo território nacional.

Entretanto, o aumento observado não pode ser interpretado exclusivamente como expansão objetiva da violência. Ele também reflete mudanças nas condições de visibilidade social, noticiabilidade e monitoramento desses crimes. O método empregado pela Rede, baseado no acompanhamento sistemático de eventos divulgados pela imprensa, capta tanto a incidência da violência quanto a intensificação do interesse dos veículos de comunicação em reportá-la, ou não, como no caso das informações étnico-raciais e de transfeminicídios. Nesse sentido, os dados revelam, simultaneamente, a dinâmica dos fatos violentos e a dinâmica de sua visibilidade pública.

Esse aspecto metodológico é central para compreender a natureza do relatório. Diferentemente de estudos baseados exclusivamente em registros administrativos (inquéritos policiais, boletins de ocorrência ou sistemas oficiais de segurança pública), o monitoramento da Rede apoia-se em fontes abertas e indiretas. Essa estratégia permite contornar limitações conhecidas das estatísticas estatais, como a subnotificação, as inconsistências classificatórias e a defasagem temporal. Ao mesmo tempo, amplia a capacidade de acompanhamento quase em tempo real dos eventos. Por outro lado, os dados também passam a depender dos filtros editoriais, da cobertura desigual entre regiões e da própria estrutura e hierarquia do campo midiático.

Do ponto de vista do chamado “estativismo”, ou seja, da produção de estatísticas produzidas por atores da sociedade civil com finalidade política, crítica e de incidência pública, esse modelo metodológico apresenta vantagens relevantes. Ele é comparativamente mais acessível em termos de recursos, menos dependente da cooperação institucional com órgãos estatais e capaz de produzir indicadores consistentes sobre fenômenos frequentemente invisibilizados. Experiências semelhantes são utilizadas por organizações de direitos humanos no Brasil e na América Latina,



sobretudo em temas como transfeminicídio, violência policial e violações de direitos.

Os números de eventos contabilizados e aqui convertidos em textos, infográficos e ilustrações são carregadas de provocações que, teimosamente, muitas de nós, pesquisadoras feministas amazônidas, continuamos a reiterar, apesar de e justamente por causa do lugar estrutural de inaudição a que somos reiteradamente relegadas. Trata-se da mesma inaudição que atribui à vastidão do território amazônico e à pseudocomplicidade naturalizada do rio-mar uma pretensa mudez diante da predação dos corpos-territórios femininos.

O relatório de 2026 revela muito mais do que os dados alegadamente inexistentes sobre as dinâmicas violentas no Norte do país. Ironicamente, a própria construção da ideia de ausência de dados reinscreve a Amazônia na duradoura gramática colonial da “falta”: falta de Estado, vazio demográfico, carência de civilização. Por aqui (ou por lá, a depender do ponto de vista de quem lê) faltariam pessoas para ocupar e proteger a floresta; sempre teria faltado um Estado capaz de nos livrar da barbárie.

A suposta escassez de números, informações e evidências tem legitimado uma nova frente de expansão, agora técnico-científica e informacional, sustentada pela governança de narrativas numéricas. Essas narrativas, por sua vez, reativam uma forma histórica de presença estatal, invariavelmente traduzida no aumento de contingentes

armados e hipermasculinizados, apresentada como a única solução possível.

A imprecisão da premissa do vazio estatístico reside no fato de não atribuir à sistemática e negligente forma de presença estatal-colonial na região, intencionalmente descomprometida com a produção e sistematização regular de informações oficiais. Em 2013, a única edição do Anuário Estatístico da Segurança Pública do Estado do Amazonas ratificou a escassez de dados estatais sobre a vitimização feminina e a precária produção, sistematização e divulgação de informações públicas sobre o tema, principalmente no interior do estado. Mais de uma década depois, este cenário permanece inalterado, exceto por esforços locais, isolados e descontínuos, frequentemente ignorados, mesmo hoje, quando as atenções de governos, institutos de pesquisa e organizações privadas, nacionais e internacionais, voltam-se à Amazônia com inusual interesse.

Esse apagão informativo decorre de falhas estruturais críticas, como a falta de servidores qualificados, o desvio de funções na segurança pública e a ausência de infraestrutura básica, que mantêm a vitimização feminina à margem das políticas públicas mesmo diante do crescente interesse global pela região. Assim, o crescimento dos registros sinaliza não apenas uma possível intensificação da violência de gênero, mas também o fortalecimento da capacidade de vigilância social sobre o problema e a ampliação das arenas públicas nas quais esses crimes são denunciados e discutidos.

383
tentativas de
feminicídio/
agressões físicas

92,3%
dos feminicídios sem
registro de raça/cor

367
violências cometidas
por parceiros e
ex-parceiros

AMAZONAS: O “ESTADO SEGURO” COM 1.023 CASOS DE VIOLÊNCIA

Por Tainá Boaes

A produção e o uso de dados sobre violência contra mulheres no Amazonas incidem diretamente sobre a formulação de políticas públicas e a percepção social da violência. Dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) indicaram que o estado apresenta uma das menores taxas de feminicídio do país, pauta articulada por autoridades locais para sustentar que o Amazonas seria um estado seguro. Em 2025, foram registrados 20 feminicídios, mas ao considerar outras classificações de mortes violentas de mulheres, o MJSP contabilizou 45 casos no mesmo período.

Essa narrativa é tensionada por outras dimensões das violências de gênero. Os dados monitorados pela Rede de Observatórios ilustram o crescimento das denúncias de violência sexual, contradizendo o discurso de segurança. A comparação entre 2024 e 2025 aponta um acréscimo de 9,0% no total de eventos de violência contra mulheres nos nove estados monitorados. O Amazonas registrou um aumento de 69,4% no período, passando de 604 para 1.023 registros.

O crescimento coloca o estado no centro do debate, pois se equipara a São Paulo em números de violência de gênero, tendo uma população dez vezes menor — ambas as unidades federativas foram as únicas a registrarem acima de mil casos. Embora indicadores de feminicídio sugiram menor letalidade, o levantamento da Rede divulga a violência em sentido vasto, incluindo agressões e estupros. No que se refere à violência sexual, os números são assustadores: das 353 vítimas no Amazonas, 78,4% eram crianças e adolescentes, entre as quais cinco meninas indígenas. Apesar das operações policiais, os crimes sexuais continuam incidindo de forma sistemática sobre a infância feminina.

O cenário manifesta-se de maneira intensa no Amazonas e no Pará, indicando a necessidade de políticas que abracem a multiplicidade territorial. O discurso pautado exclusivamente no feminicídio tende a invisibilizar formas de violência não letais, mas profundamente enraizadas em relações desiguais de poder. Produzir dados é desafiar narrativas e apreender que a ausência de mortes registradas não equivale à ausência de violência. É necessário pressionar por ferramentas capazes de transformar a quantificação em políticas efetivas de proteção, que vão além da lógica da sobrevivência.





1.670
vítimas de violência
em seis anos

90
mortes de mulheres
(feminicídio e
homicídio)

57
vítimas de violência
tinham de 0 a 17 anos

NA BAHIA, 57,3% DAS VIOLÊNCIAS SEXUAIS VITIMARAM CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENTRE 0 E 17 ANOS

Por Ana Paula Rosário

Na Bahia, os dados recentes evidenciam a gravidade dos casos de violência sexual e feminicídio, que permanecem em níveis alarmantes. Em 2025, foram registrados 240 eventos violentos no estado, com Salvador liderando as ocorrências (62 casos), seguida por cidades como Camaçari (25) e Feira de Santana (15). Embora o feminicídio tenha registrado 43 vítimas, as tentativas de feminicídio e agressões físicas (47) e a violência sexual (75) indicam um quadro estrutural de violação de direitos ainda mais amplo. Estes crimes atingem de forma desproporcional a juventude baiana: das vítimas de violência sexual, 57,3% são crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos.

Diante do exposto, os dados demonstram que o feminicídio e a violência sexual não são fenômenos isolados. As motivações principais para os feminicídios no estado ainda são término de relacionamento ou ciúmes, crime praticado majoritariamente por cônjuges ou ex-cônjuges (29 casos). Além disso, a subnotificação e a lacuna nos dados de cor/raça são críticas: em 240 casos gerais, 204 não tiveram a raça identificada, dificultando o combate ao racismo estrutural que vulnerabiliza mulheres negras e periféricas. O uso de armas de fogo (14 casos) e objetos cortantes (20 casos) na consumação dos feminicídios reforça a letalidade presente no cotidiano baiano.

Para integrar prevenção e proteção, o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios torna-se central. A efetivação dele na Bahia exige o fortalecimento da rede de atendimento em territórios vulneráveis e a produção de dados que visibilizem as vítimas para além das capitais, alcançando municípios do interior com altos índices, como Porto Seguro e Teixeira de Freitas. Somente a qualificação dessas informações e o combate direto à misoginia permitirão reduzir a violência de gênero e garantir o direito à vida e à dignidade para todas as baianas.



44,1%
dos feminicídios
cometidos com faca
ou outros objetos
cortantes

SOBRAL
foi a cidade com mais
feminicídios

72,6%
das vítimas de
violência sem
registros de raça/cor



NO CEARÁ, 46,8% DOS AGRESSORES ERAM PRÓXIMOS ÀS VÍTIMAS

Por **Fernanda Naiara**

Os dados apresentados neste relatório retratam um ano difícil para o Ceará. É com inquietação que observamos o aumento de 4,4% no número de mulheres e meninas mortas (feminicídio e homicídio) no estado em comparação a 2024. Esse crescimento acompanha a permanência do perfil dos agressores: 46,8% eram próximos às vítimas. Término de relacionamento, retaliação, vingança e ciúmes foram as principais motivações para que 197 mulheres e meninas fossem agredidas, assassinadas, sequestradas, torturadas, mantidas em cárcere privado ou agredidas verbalmente. Fortaleza e Juazeiro do Norte concentraram 36,0% das ocorrências registradas. Há seis anos, a Rede de Observatórios denuncia os crimes contra mulheres no estado. De 2020 a 2025, foram 1.089 eventos violentos de gênero.

Em fevereiro, Natany Alves foi sequestrada e morta por três homens que a abordaram para roubar um carro. O impacto de sua morte em Quixeramobim levou a população às ruas em busca de justiça. A jovem de 20 anos foi submetida a uma sessão de tortura e morta a pedradas. Crueldade semelhante vitimou uma jovem de 18 anos em Trairi. Ao reagir ao assédio e não corresponder ao interesse de um idoso de 68 anos, ela foi decapitada. O agressor acabou linchado pela população. Tais crimes chamam a atenção pelo uso de pedras e facas, instrumentos que compõem os 44,1% de feminicídios cometidos com armas brancas.

Ao analisarmos a violência sexual, o cenário é devastador: crianças e adolescentes representam mais da metade das vítimas, totalizando 53,8% dos casos com idade de 0 a 17 anos. Movimentos sociais, como o Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (DCA), denunciam historicamente o sucateamento e a insuficiência das ações de enfrentamento a esse tipo de violência no estado.

É urgente o aperfeiçoamento da rede de proteção para que as necessidades municipais sejam atendidas com acolhimento, denúncia e prevenção efetiva. O trauma da violência sexual escancara uma dor coletiva que atravessa o Ceará e exige que a sociedade civil organizada fortaleça redes de apoio para enfrentar o punitivismo e garantir direitos básicos a todas as mulheres e meninas.



88,6%
das vítimas não
tinham medida
protetiva

91,7%
dos feminicídios sem
registro de raça/cor

13 dos 27
feminicídios por
armas de fogo

NO MARANHÃO, A DENÚNCIA AINDA É UM DESAFIO

Por Kassione Luz

Ao analisar os índices de violência contra a mulher no Maranhão, percebe-se um quadro extremamente preocupante que exige atenção imediata. As estatísticas revelam uma realidade dura, indicando a necessidade de estratégias eficazes de proteção. Essa problemática evidencia como as relações de gênero ainda são atravessadas por dinâmicas históricas de poder e controle do corpo feminino. No estado, tal cenário é agravado pela combinação de machismo estrutural, racismo e desigualdades socioeconômicas, que expõem especialmente mulheres pobres e negras a múltiplas camadas de exclusão.

Segundo dados da Rede de Observatórios da Segurança, o Maranhão contabilizou 123 eventos de violência contra a mulher em 2025. Desses casos, a maioria das vítimas (109) não tinha medidas protetivas. A gravidade é reiterada pelo registro de 24 feminicídios e 23 casos de violência sexual e estupro. O perfil dos agressores reforça o perigo no ambiente doméstico: cônjuges, ex-cônjuges e familiares aparecem como os principais responsáveis, e a arma de fogo foi o instrumento mais utilizado, presente em 13 ocorrências.

Contudo, esses números não refletem a dimensão real do problema, pois grande parte das vítimas não denuncia por medo, vergonha ou falta de apoio institucional. O estupro, portanto, não é um ato isolado, mas fruto de uma cultura que objetifica mulheres e silencia sofrimentos. Ele se insere em uma estrutura que naturaliza desigualdades e tolera práticas violentas em relações afetivas.

Nesse contexto, o combate à violência precisa ir além da esfera penal. É indispensável fortalecer políticas de acolhimento especializado, promover uma educação que questione o machismo desde a infância e ampliar redes de proteção acessíveis em todo o território maranhense. Também é necessária a transparência de dados qualificados para orientar intervenções precisas. Apenas com transformações culturais profundas e suporte institucional será possível assegurar a dignidade das mulheres e construir uma sociedade que repudie qualquer forma de violência de gênero.



96,6%
das vítimas não
tinham medida
protetiva

50%
dos feminicídios
cometidos por
parceiros ou
ex-parceiros

138
mortes de mulheres
(feminicídio e
homicídio)



PARÁ TEM O MAIOR AUMENTO PERCENTUAL NAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO

Por Taiana Amanda Fonseca dos Passos

O Pará segue aprofundando uma tragédia anunciada. Dos nove estados monitorados pela Rede de Observatórios em 2025, foi o terceiro em número de casos de violência contra mulheres. Os números gritam: houve um aumento de 76,0% nas vítimas de violência — o maior percentual entre os nove — e um crescimento de 25,4% nas mortes de mulheres (homicídio e feminicídio) em comparação a 2024.

O ódio às identidades femininas é estrutural, infiltrando-se nos lares e afetos. A violência tem endereço conhecido: 74,3% dos autores tinham proximidade com as vítimas e, em 46,3% dos casos, eram parceiros ou ex-parceiros.

A infância das meninas também está sob ataque. O estado registrou um aumento alarmante de 167,4% nos casos de violência sexual, sendo 62,8% das vítimas entre 0 e 17 anos. São infâncias roubadas que evidenciam uma falência coletiva. Entre as vítimas de feminicídio, 45,7% foram mortas por arma branca e 13,6% por espancamento. A brutalidade é agravada quando cometida por agentes de segurança, como Bruna Meirelles, morta a tiros pelo ex-namorado policial militar.

Essa violência tem múltiplas dimensões e atravessa territórios. Marabá (67 casos) e Parauapebas (66 casos) lideram as estatísticas. Situadas no sudeste paraense, essas cidades são áreas críticas de expansão do garimpo ilegal. O avanço da mineração clandestina não traz apenas degradação ambiental, vem acompanhado de exploração sexual e tráfico humano. O território violentado reproduz a violência nos corpos femininos.

Apesar das políticas existentes, 96,6% das vítimas não tiveram medidas protetivas. O medo, a dependência e a descrença na justiça mantêm mulheres presas ao ciclo da violência. Precisamos de respostas céleres e punições efetivas. Não somos números frios, somos mães, filhas e profissionais. Cada feminicídio deixa comunidades feridas e uma sensação permanente de injustiça. Não pedimos privilégios, mas o direito básico de viver.



49,8%
dos eventos foram
mortes de mulheres
(feminicídio e
homicídio)

65,9%
dos feminicídios
cometidos por
parceiros e
ex-parceiros

43,6
dos feminicídios por
faca ou outros objetos
cortantes

PERNAMBUCO TEVE ALTA DE 16,7% NAS VIOLÊNCIAS

Por Dália Celeste

De acordo com os dados do *Elas Vivem*, monitorados pela Rede de Observatórios da Segurança, Pernambuco registrou em 2025 um avanço alarmante da violência contra mulheres. O estado apresentou aumento de 16,7% no número de vítimas, 15,5% nas mortes de mulheres (feminicídio e homicídio) e um salto de 31,9% nos feminicídios. As relações íntimas seguem como o principal ambiente dessas violações: 35,6% dos autores eram cônjuges, ex-cônjuges ou parceiros afetivos, e 65,9% dos feminicidas mantinham esse vínculo com as vítimas. Os números revelam vidas interrompidas e uma estrutura social que falha em proteger mulheres.

A violência sexual também se destacou pela gravidade. Foram 22 vítimas registradas, sendo 45,5% delas crianças e adolescentes de 0 a 17 anos — números que representam apenas a superfície de um problema silenciado pelo medo e pela falta de redes de apoio. Os casos que marcaram 2025 ilustram esse impacto humano. Em São Lourenço da Mata, o corpo de Ester Izabelle da Silva, de 4 anos, foi encontrado com marcas de espancamento e indícios de abuso sexual. Não se trata apenas de um crime hediondo, mas de uma violação absoluta do direito à infância.

A letalidade também se expressa no uso de armas e métodos cruéis, revelando a intenção de dominação e destruição. No Recife, no bairro da Caxangá, uma mulher e seus quatro filhos foram mortos pelo companheiro, após o homem incendiar a casa deles, um crime que devastou a comunidade, reforçando o medo permanente que atravessa a vida de mulheres em territórios vulnerabilizados. Além disso, 38,7% das vítimas foram atingidas por arma de fogo e 43,6% dos feminicídios ocorreram com arma branca.

O retrato de 2025 exige que Pernambuco enfrente essa crise com urgência. O aumento da violência não pode ser tratado como número, mas como alerta ético. É urgente a necessidade de fortalecer políticas de prevenção e acolhimento, com presença efetiva nos territórios. Não basta anunciar programas, é necessário garantir proteção antes que a violência aconteça. Os pernambucanos não podem normalizar o inaceitável. Proteger mulheres é o limite entre um Estado que assume sua humanidade e outro que aceita a barbárie como rotina.



92,9%
das vítimas de
feminicídio sem
registro de raça/cor

76,7%
dos feminicídios
cometidos por
parceiros ou
ex-parceiros

32,1%
dos feminicídios
aconteceram em
Teresina

NO PIAUÍ, 79,3% DAS VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO FORAM MORTAS POR PARCEIROS

Por Lila Cristina Xavier Luz, Maria D'Alva Macedo Ferreira,
Marcela Castro Barbosa

“Não se nasce mulher, morre-se mulher.”

Viver tem sido um desafio para as mulheres, em especial para aquelas em situação de vulnerabilidade. A violência contra elas, sejam adultas, jovens ou crianças, é reproduzida em diversos espaços, mesmo aqueles considerados “seguros”, como a própria casa, instituições religiosas e de ensino. O poder simbólico da autoridade de pais, líderes e professores muitas vezes alimenta uma rede de abusos. A proximidade com essas figuras gera uma confiança que mascara o perigo. No entanto, o monitoramento da Rede de Observatórios evidencia uma realidade oposta à segurança de mulheres, revelando esses locais como espaços de ambivalência.

A análise de 2025 confirma que o Piauí não está isolado da crise estrutural contra mulheres. O patriarcado e a misoginia organizam-se para controlar corpos femininos como propriedade, gerando uma “cultura de posse” que deixa marcas irreparáveis, famílias destroçadas e órfãos do feminicídio. O estado registrou um aumento de 17,6% nos eventos de violência e de 4,8% nas mortes de mulheres (homicídio e feminicídio). Teresina concentrou 29,3% das vítimas totais.

Esse retrato da barbárie é reforçado pelo fato de que 32,3% delas foram vitimadas por cônjuges ou namorados (atuais ou ex). No caso específico do feminicídio, o dado é ainda mais revelador: 76,7% das vítimas foram mortas por parceiros íntimos. O “não” de uma mulher ainda custa sua vida.

O feminicida utiliza qualquer instrumento disponível, mas as armas de fogo (18,4%) e as armas brancas (28,9%) foram os meios mais letais. Diante disso, quanto vale a vida de uma mulher? Em 2026, a Lei Maria da Penha completa 20 anos como um marco jurídico de avanço, mas sua efetivação exige questionamentos: o que tem sido feito para mudar a mentalidade masculina sobre o poder?

Observamos uma materialização precária das políticas de atendimento, que não alcançam as periferias ou cidades distantes da capital, somada à lentidão dos processos judiciais. Para ocorrer uma mudança cultural, é urgente investir em formação contínua, combatendo a naturalização da violência de gênero e enfrentando a misoginia, inclusive no ambiente digital.





51,7%
dos feminicídios sem
registro de raça/cor

39,1%
foram na capital

95
vítimas de violência
sexual/estupro

NO RIO, A MAIORIA DOS FEMINICÍDIOS FOI POR OBJETOS CORTANTES

Por Bruna Sotero

Em um contexto onde desigualdades de gênero insistem em se reproduzir, a violência contra a mulher toma centralidade no debate público. Feminicídios, violações sexuais e agressões são registrados à exaustão, revelando uma estrutura de opressão persistente. No Rio de Janeiro, os dados do relatório *Elas Vivem* de 2025 são alarmantes: o estado contabilizou 583 eventos de violência, sendo 58 mulheres vítimas de feminicídio.

No monitoramento da Rede de Observatórios, as violências sexuais ganham destaque como a segunda maior qualificadora, com 95 registros, atrás apenas das tentativas de feminicídio e agressões físicas (240 casos). Isso revela um cenário nefasto: mulheres e meninas são vitimadas no ambiente doméstico por aqueles que deveriam protegê-las. A relação de proximidade é evidente: no caso dos feminicídios, 22 autores eram cônjuges ou ex-cônjuges e 11 eram conhecidos. Além disso, “término de relacionamento” foi registrado como a motivação de 48 eventos de violência no estado.

A letalidade fluminense é acentuada pelo uso de armas, 7 feminicídios foram cometidos com armas de fogo e 21 com armas brancas. Outro dado crítico é a vulnerabilidade institucional: das vítimas monitoradas, 524 não tinham medidas protetivas, evidenciando falhas no alcance das redes de amparo. As agressões verbais (87 casos) e o cárcere privado (29 casos) completam esse ciclo de dominação que atinge todas as idades, com maior incidência de mortes na faixa de 40 a 59 anos (14 vítimas).

A solução para esse quadro exige esforço articulado entre sociedade e Estado. Projetos de reeducação para homens, como o realizado no presídio Juíza Patrícia Acioli, em São Gonçalo, mostram eficácia na redução da reincidência. Contudo, políticas preventivas são urgentes para evitar que a agressão ocorra. É necessário garantir que as mulheres não sejam subjugadas e que o direito à vida prevaleça sobre a barbárie cotidiana.



228
mortes de mulheres
(feminicídio e
homicídio)

553
tentativas de
feminicídio/
agressão física

70,5%
dos feminicídios sem
registro de raça/cor

SÃO PAULO REGISTROU QUASE 6 MIL VIOLÊNCIAS DE GÊNERO EM SEIS ANOS

Por Francine Ribeiro

São Paulo reflete o Brasil e vive o momento mais delicado da escalada de violência contra mulheres dos últimos seis anos. Entre 2020 e 2025, foram 5.881 casos de violências de gênero, e desde 2023 registra acima de mil eventos.

Das 1.065 violências que sofremos em 2025, destacam-se os crimes de feminicídio, com 173 ocorrências — o maior número entre os nove estados —, e a violência sexual, com 191 registros, demonstrando a desigualdade de gênero em sua face mais brutal. Isso porque a violência sexual combina perversidade, depravação e machismo. Esse número, contudo, reflete apenas uma amostra, considerando a histórica subnotificação — sobretudo quando ocorre no espaço doméstico, marcado por relações de intimidade e dependência.

O perfil etário das vítimas também preocupa. Crianças de 0 a 11 anos somam 20 casos; adolescentes de 12 a 17 anos, outros 48. Juntas, as idades mais suscetíveis à orientação dos adultos representam 35,6% do total das violências. Mesmo não dependendo de proximidade e de confiança, é no âmbito dos vínculos afetivos que o crime mais ocorre.

Os 191 registros de violência sexual espelham os ciclos de dominação que costumam começar ainda na infância e continuam na vida adulta, sustentados por dinâmicas que impõem o silêncio e a vergonha à vítima, enquanto asseguram a impunidade do criminoso. Um caso emblemático de 2025 expôs a gravidade do atual cenário: um procurador do Estado foi preso sob acusação de estupro a própria filha de oito meses e produzir imagens do crime.

O episódio choca não apenas pela violência em si, mas por evidenciar que quem é responsável pela execução das leis também comete os crimes, dificultando a denúncia, a investigação e a transparência. Por isso, iniciativas de proteção e redes de apoio municipais são fundamentais e devem se multiplicar em todo o estado. Contudo, o caso escancara a violência de gênero como problema entrinçado em estruturas que naturalizam a objetificação do feminino e perpetuam relações de poder desiguais — exigindo enfrentamentos preventivos e emancipadores. Afinal, a causa não está na vítima, nem em como ela vive, mas no crime e na escolha do criminoso em cometê-lo.





#ELASVIVEM

QUEM FAZ A REDE DE OBSERVATÓRIOS

Baseadas em nove estados, as pessoas que integram a Rede combinam metodologia de pesquisa rigorosa, monitoramento diário, diálogo com a sociedade civil e conhecimento da realidade local para fazer análises sobre violência e segurança pública.

AMAZONAS



Fabio Candotti



Tayná Boaes

BAHIA



Ana Carolina Santos



Ana Paula Rosário



Dudu Ribeiro



Larissa Neves

CEARÁ



César Barreira



Fernanda Naiara
da Frota Lobato



Luiz Fábio Paiva

MARANHÃO



Luiz Eduardo
Lopes Silva



Kassione da Luz

PARÁ



Aiala Colares
Oliveira Couto



Lucas Moraes



Taiana
Fonseca Passos

PERNAMBUCO

Dália Celeste

Deila Martins

Edna Jatobá

PIAUI

Elton
Guilherme

Lila Cristina
Xavier Luz

Marcondes
Brito da Costa

Maria D'alva
Macedo Ferreira

**RIO DE
JANEIRO**

Ana Paula
Andrade

Bruna Sotero

Rafael Lira

Itamar Silva

Jonas Pacheco

Nathália da Silva

Pablo Nunes

Renato Cafuzo

Silvia Ramos

Wellerson Soares

SÃO PAULO

Bruno Paes Manso

Francine Ribeiro



ESTAMOS JUNTAS EM TODO O BRASIL

AMAZONAS

Centro Estadual de Referência e Apoio à Mulher

Oferece atendimento psicológico para crianças e adultos, assistência social e apoio jurídico

Atendimento: segunda a sexta, de 8h às 14h
Endereço: Avenida Presidente Kennedy, nº 399, Educandos

Telefone(s): (92) 08483-6488/(92) 99319-2715

Centro de Referência dos Direitos da Mulher - CRDM

Acompanhamento social, psicológico, jurídico

Atendimento: segunda a sexta-feira
Endereço: Rua Araxá, Praça do Conjunto Duque de Caxias, Flores.

Telefone(s): (92) 98842-2266

BAHIA

Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar

Atendimento: Segunda a sexta de 8h às 18h
Endereço: 5ª Avenida do CAB, nº 560, 3º andar, sala 305E, Salvador

Telefone(s): (71) 3372-1867

Centro de Atendimento à Mulher Soteropolitana Irmã Dulce

Oferece atendimento psicológico, jurídico e assistência social

Atendimento: segunda a sexta, de 8h às 17h
Endereço: Rua Léllis Piedade, nº 63, Ribeira, Salvador

Telefone(s): (71) 3202-7399

CEARÁ

Casa da Mulher Brasileira do Ceará

Atendimento: 24h

Endereço: Rua Tabuleiro do Norte, s/nº, Couto Fernandes, Fortaleza, 60442-040

Telefone(s): (85) 3108-2996/(85) 3108-2998

Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde

Oferece atendimento psicológico, jurídico e assistência social

Atendimento: 24h

Endereço: Rua Teles de Sousa, s/nº, Couto Fernandes, Fortaleza

Telefone(s): (85) 3108-2965

MARANHÃO

Centro de Referência em Atendimento à Mulher em Situação de Violência

Atendimento: segunda a sexta, de 8h às 18h

Endereço: Avenida Prof. Carlos Cunha, nº 572, Bairro Jaracaty, São Luís

Telefone(s): (98) 99103-0281

Casa da Mulher Maranhense

Possui Patrulha Maria da Penha, Delegacia da Mulher e Vara Especializada da Mulher

Atendimento: segunda a sexta, de 8h às 18h

Endereço: Avenida São Sebastião, s/nº, Vila Nova, Imperatriz

Telefone(s): (98) 9100-6166 (Whatsapp)

PARÁ

Ocupação de Mulheres Rayana Alves

Atendimento: 9h às 12h e 14h às 18h

Endereço: Presidente Pernambuco, nº 280, Batista Campos, Belém

Telefone(s): (91) 98394-8020

SAI - Emanuelle Rendeiro Diniz

Coordenadora: Mariza Pinheiro

Endereço: Sigiloso pela segurança das vítimas

E-mail: caerd.funpapa@hotmail.com

Telefone(s): (91) 984240876

PERNAMBUCO

Centro Especializado de Atendimento à Mulher Maria Bonita

Oferece acompanhamento em delegacias e Instituto Médico Legal, além de atendimento psicológico e jurídico

Atendimento: 24h

Endereço: Avenida Portugal, n° 185,

Bairro Universitário, Caruaru

Telefone(s): (81) 98384-4310

Centro Especializado de Atendimento à Mulher Clarice Lispector

Oferece atendimento psicológico, jurídico e assistência social

Atendimento: segunda a sexta, de 7h às 19h

Endereço: Rua Doutor Silva Ferreira, n° 122,

Santo Amaro, Recife

Telefone(s): (81) 3355-3008 / (81) 99488-6138

(WhatsApp)

PIAUI

Núcleo de Atendimento às Vítimas

Oferece atendimento psicológico, jurídico, assistência social e também cuida de crianças em vulnerabilidade.

Atendimento: segunda a sexta, de 8h às 13h

Endereço: Rua Mato Grosso, n° 268, Ilhotas,

Teresina

Telefone(s): (86) 2222-8163 / (86) 981527263

(Whatsapp)

Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

Endereço: Fórum Des. Joaquim de Sousa Neto,

Térreo, Praça Des. Edgar Nogueira,

Centro Cívico, Teresina

Telefone(s): (86) 3230-7975

RIO DE JANEIRO

Centro de Defesa da Vida Irmã Hedwiges Rossi

Oferece atendimento psicológico, jurídico e assistência social

Atendimento: segunda a sexta, de 9h às 17h

Endereço: Sigiloso pela segurança das vítimas

E-mail: cdvida_defesadavida@hotmail.com

Telefone(s): (21) 3774-3993 / (21) 96937-2152

Centro Especializado de Atendimento à Mulher Chiquinha Gonzaga

Oferece atendimento psicológico, assistência social e jurídico

Atendimento: segunda a sexta, de 9h às 16h

Endereço: Rua Benedito Hipólito, 125,

Rio de Janeiro

Telefone(s): (21) 2517-2726 / (21) 98555-2151

SÃO PAULO

Centro de Referência e Cidadania da Mulher

Oferece atendimento psicossocial, orientação jurídica e atividades para promoção de direitos das mulheres

Atendimento: segunda a sexta, de 8h às 18h

Endereço: Rua Sílvio Bueno Peruche, n° 538,

Brasilândia

Telefone(s): (11) 3983-4294

Centro de Referência e Cidadania da Mulher 25 de março

Oferece atendimento psicológico, jurídico e assistência social


Atendimento: segunda a sexta, de 8h às 18h

Endereço: Rua Melo Palheta, n° 32,

Água Branca, São Paulo

Telefone(s): (11) 3106-1100





SOBRE O RELATÓRIO
EDIÇÃO: Wellerson Soares
DIREÇÃO DE ARTE: Renato Cafuzo
REVISÃO: Maria Eugênia da Silva
ILUSTRAÇÃO: @marina_hauer
DESIGN GRÁFICO: Refinaria Design

REALIZAÇÃO



Centro de Estudos de Segurança e Cidadania



observatorioseguranca.com.br



@redeobservatorios



@rede_seguranca



@rededeobservatorios

AMAZONAS BAHIA CEARÁ MARANHÃO PARÁ PERNAMBUCO PIAUÍ RIO DE JANEIRO SÃO PAULO



APOIO



FORD FOUNDATION

APOIO INSTITUCIONAL

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS